



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE
PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA JUSTIFICATIVA

O Termo de Referência visa estabelecer Serviços de consulta de oftalmologia de urgência e emergência de qualidade, com boas condições técnicas e de infraestrutura. Preza, assim, pela prestação de serviços em consonância com as políticas sociais, a variedade de perfil dos pacientes e inovação tecnológica; oferecendo suporte para a organização da Saúde Pública do Município do Rio Grande - RS.

A oftalmologia é uma especialidade médica que se dedica ao estudo e tratamento das doenças e erros de refração apresentados pelo olho. A visão é a capacidade que o indivíduo tem, por meio do olho, de perceber o universo que o cerca. Oitenta por cento da relação do ser humano com o mundo se dá através do sentido da visão. Para que o sentido da visão seja aproveitado de maneira plena, é fundamental que toda a via sensorial visual esteja perfeita (os dois olhos, os nervos ópticos e o cérebro, mais especificamente o córtex cerebral occipital).

Doenças oculares são problemas oftalmológicos provocados por inúmeros motivos, desde causas genéticas até a hábitos e estilos de vida, as quais necessitam de avaliação especializada em oftalmologia, principalmente as situações de urgências, como por exemplo, acidentes domésticos com lesões oculares importantes, corpo estranho na região ocular, cistos inflamatórios agudos até a perda súbita da visão.

No entanto, a Secretaria de Município da Saúde, não possui no município serviço referência especializado em oftalmologia ambulatorial de urgência, assim como, não conta com referência regional para tal atendimento, porém apresenta demanda variável entre 10 e 25 atendimentos/mês.

2. DO OBJETO:

Credenciamento de empresa(s) para prestação de serviço ambulatorial especializado em oftalmologia, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde - SUS, integrando a rede regionalizada e hierarquizada do município do Rio Grande, através da contratação de pessoas jurídicas com e sem fins lucrativos, para prestação de

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE
PLANEJAMENTO

serviço de avaliação de urgência eletiva especializada em Oftalmologia para os usuários do SUS residentes no município do Rio Grande, conforme descrito na tabela abaixo, respeitando o fluxo de atendimento descrito no Anexo I.

PROCEDIMENTO	VALOR POR ATENDIMENTO
Avaliação de urgência eletiva	R\$ 180,00

3. DA HABILITAÇÃO:

3.1 Para aprovação da adesão ao credenciamento, as entidades interessadas deverão apresentar os seguintes documentos:

- a)** Estatuto Social ou Contrato Social e alterações posteriores, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos onde conste, dentro dos seus objetivos, a prestação dos serviços indicados;
- b)** Proposta de procedimentos máximos ofertados;
- c)** Cópia completa do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado;
- d)** Comprovante de endereço, Telefone para contato e e-mail;
- e)** Declaração de Regularidade de Funcionamento, expedido pelo Conselho Regional de Óptica & Optometria (CROO-RS);
- f)** Alvará Sanitário atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual;
- g)** Certidão Negativa de Débito (CND) Estadual, Federal e Municipal;
- h)** Certidão Negativa de Débito (CND) Trabalhista e CRF-FGTS;
- i)** Cópia do documento do registro do(s) profissional(is) junto ao Conselho Regional de Oftalmologia;

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE
PLANEJAMENTO

- j) Descrição dos recursos físicos funcionais com layout da área física com os equipamentos / Fotos da fachada da clínica e dos ambientes internos;
- k) Declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal;
- l) Declaração das Instalações, do Aparelhamento, do Pessoal Técnico e do horário de atendimento aos usuários do SUS, emitido pelo responsável legal;
- m) Relação de equipe Técnica com as respectivas formações profissionais e números de inscrição nos respectivos conselhos competentes, a fim de comprovar capacidade técnica para atendimento;
- n) Cópia do registro Pessoa Jurídica no CRO-RS do estabelecimento, com a Declaração de Regularidade de Funcionamento (DRF).

3.2 Os documentos mencionados no item 3.1 deverão ser comprovadas perante a Secretaria promotora do Sistema de Credenciamento (SMS), ficando à disposição das interessadas do credenciamento o Setor de Planejamento, sito à Rua Marechal Floriano, nº 05, Centro, nesta, horário de expediente das 08:30hs até 13:30hs, o qual fará a devida análise e aprovação da adesão.

4. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

- a) Os serviços serão contratados na modalidade ambulatorial de urgência, conforme a necessidade, critérios e fluxo estabelecido pelo município.
- b) As contratações serão efetivadas com base neste Termo de Referência, nas normas vigentes, na comprovação dos requisitos técnicos e de acordo com a capacidade instalada de cada prestador.
- c) A quantidade de serviços a ser contratada dependerá da oferta de atendimentos constante nas propostas de modo a atentar que a oferta propicie os atendimentos no município do Rio Grande, sendo
aproximadamente 25 consultas/mês.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE
PLANEJAMENTO

- d) A Administração **não se obriga a contratar todos os serviços oferecidos pelas instituições habilitadas**, mas a quantidade necessária para atender à demanda do Município.
- e) A Central de Regulação de Consultas Especializadas (CEREG) realizará identificação da demanda, o contato prévio para agendamento e atendimento no mesmo dia, o qual deverá acontecer no horário das 08 às 17 hs, de segunda a sexta-feira.
- f) Caso durante o atendimento for constatado que o paciente necessita de atendimento de urgência de alta complexidade e/ou hospitalar o mesmo deverá ser encaminhado com urgência para o Pronto Socorro da Santa Casa.
- g) A contratada deverá manter cadastro e prontuários dos usuários do SUS sempre atualizados no Programa Informatizado disponibilizado pela SMS, o qual a contratada deverá ter conhecimento, permitindo o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços;
- h) Em nenhuma hipótese e sob nenhuma forma, a contratada poderá divulgar cadastro, avaliação, arquivo e imagens dos usuários do SUS para interesse próprio;
- i) São de inteira responsabilidade das instituições contratadas, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do Termo de Credenciamento.
- j) A manutenção de equipamentos e da área física são de competência da Unidade de Serviços contratada, sem ônus adicionais para a SMS do Rio Grande. Visando evitar a descontinuidade da assistência, quando um aparelho necessitar de manutenção este deverá ser substituído ou regularizado em um prazo **de 15 dias** úteis. Sempre que um aparelho for tirado de uso para manutenção a contratada deverá comunicar a data de interrupção e a data de retorno do mesmo.
- j) Quando, por qualquer motivo, houver a interrupção dos atendimentos a contratada deverá informar tal situação com no mínimo 15 dias de antecedência, data de interrupção dos atendimentos e data de retorno às atividades. Sendo o prazo máximo de interrupção de 30 dias consecutivos. Quando exceder este prazo acarreta no credenciamento da mesma.

5. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO: CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os atendimentos deverão ser efetuados em local disponibilizado pelo credenciado, no Município do Rio Grande.

5.2. O credenciado deverá disponibilizar a estrutura física, os equipamentos e profissionais necessários ao desenvolvimento das atividades.

5.3. Os prestadores deverão apresentar em suas propostas, além do valor, a capacidade instalada.

5.4. Caso os prestadores não possuam capacidade instalada para atender a demanda em sua totalidade, é interesse desta Secretaria, que mais de um prestador seja credenciado.

5.5. Caso haja mais de um prestador interessado, a quantidade de procedimentos poderá ser dividida, de acordo com a capacidade de oferta de cada prestador e a necessidade técnica e capacidade financeira da SMS, desde que o valor por consulta seja o mesmo.

5.6. O prestador deverá atender a quantidade total ou a sua capacidade instalada, que deve ser informada no credenciamento, e no caso do não cumprimento do ofertado, a Secretaria Municipal da Saúde tomará as providências jurídicas cabíveis;

5.7. Os pagamentos referentes aos atendimentos realizados sofrerão as retenções previstas na legislação. O pagamento será efetuado mensalmente, após a realização das consultas, tendo como critério de pagamento, os atendimentos comprovadamente realizados.

5.8. Não poderá exercer atividade, por credenciamento, o profissional, que for servidor público em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos;

5.9. O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas no item anterior, terá suspensa a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento;

6. DA FISCALIZAÇÃO

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE
PLANEJAMENTO

6.1. O CREDENCIANTE realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo. A fiscalização ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e Conselho Municipal de Saúde (CMS), que designará a Comissão, para tanto, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do(a) CREDENCIADO(a) na prestação do serviço, objeto desse Termo;

6.2. A SMS e o CMS poderão realizar vistorias em qualquer época, emitindo novos pareceres, sempre que julgar necessário, sendo que, se a partir das vistorias concluir-se por pareceres de avaliação oftalmológica desfavorável e/ou de avaliação técnica desfavorável, a unidade contratada será obrigada a corrigir as irregularidades encontradas, sob pena de descredenciamento, no prazo de 30 dias.

6.3 Todos os prestadores ficarão sujeitos à auditoria da SMS durante a vigência do contrato.

7. DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIFICAS DO CREDENCIAMENTO:

7.1 As avaliações somente serão realizadas mediante apresentação do boletim de referência devidamente preenchido e assinado por médico da rede SUS do município, com descrição da situação como demanda de urgência eletiva ambulatorial para a especialidade de oftalmologia, devidamente regulada e autorizada pela CEREG.

7.2 O serviço aqui previsto deverá ser realizado pela Contratada após o recebimento da Ordem de Execução de Serviço, expedida pela Secretaria de Município da Saúde, a qual se obriga a realizar tal serviço com pessoal qualificado, mediante emprego de atendimento e técnicas adequadas;

7.3 Os encaminhamentos e agendamentos para consultas serão realizados pela Central de Regulação de Consultas Especializadas e Exames – CEREG;

7.4 A Contra referência deverá ser preenchida e assinada por profissional habilitado e entregue ao usuário;

7.5 A Contratada deverá prestar o serviço médico em oftalmologia em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, procedendo à realização das avaliações, bem como, a contra referência, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos respectivos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade ine-

rente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem exceção de qualquer modalidade;

7.6 Todo o equipamento e material técnico de consumo deverá possuir certificação da ANVISA;

7.7 Indicar um funcionário com a designação atendente para articular junto à coordenação da Central de Regulação de Consultas e Exames (CEREG), durante todo o horário de funcionamento, garantindo a resolução de questões relativas ao agendamento e atendimento dos pacientes;

7.8 O prestador contratado deverá executar, conforme a melhor técnica, os atendimentos, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e regulamentações respectivas;

7.9 A execução dos atendimentos deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência;

8.0. INFRAESTRUTURA

a) A contratação dos serviços de saúde deve obedecer ao contido na Portaria 1034 de 05 de maio de 2010, RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002, RCD 306 de 07 de dezembro de 2004, além das demais legislações aplicáveis ou que sejam publicadas pelos órgãos competentes.

9. DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos serão da fonte do Bloco da Média e Alta Complexidade e dos recursos ASPS do município ou outra que venha a ser publicada, com o mesmo objeto, durante a vigência do Sistema de Credenciamento.

Sendo as seguintes dotações:

10.03.10.302.0334.2408 MANUTENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

0040 ASPS CÓDIGO REDUZIDO: 2669

4501 CUSTEIO ATENÇÃO ES CÓDIGO REDUZIDO: 1020

Parágrafo único: O teto financeiro e orçamentário disponível será dividido entre todos os credenciados de forma igualitária.

10. DA FORMA DE PAGAMENTO:

- a) Mensal, mediante processamento da produção apresentada e aprovada pela comissão fiscalizadora. A Contratada será remunerada mensalmente, calculado com bases nos dados de produção enviados mensalmente pela contratada e ratificados pela comissão fiscalizadora. Entende-se por consulta executada, para fins quantitativos aqueles realizados.
- b) A Contratada deverá apresentar a Contratante relatório de produção de forma legível contendo relatório das consultas realizadas e comprovação do paciente e do profissional, através de planilha contendo número de memorando de autorização, nome do paciente, data e valor. Os documentos comprobatórios da execução dos serviços efetivamente prestados dentro da vigência do mês deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias após a finalização do faturamento mensal, que ocorre do dia 21(vinte e um) ao dia 20 (vinte) do mês subsequente.

11. DOS PRAZOS:

- 11.1 O prazo para adesões a este credenciamento será de 60 (sessenta) meses, a contar da data que será mencionada no Edital de Chamamento Público para início do processo, sendo que o conjunto dessas adesões poderá ser encerrada a qualquer tempo, se este for o interesse da Administração Pública.
- 11.2 Qualquer credenciamento poderá ser encerrado pela Administração Pública, respeitado o devido processo legal, por descumprimento das disposições relativas a este Termo de Referência.
- 11.3 O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observado o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da solicitação mediante termo formal e termo de recebimento emitido pela Secretaria responsável pelo Sistema de Credenciamento (SMS).
- 11.4 Cada adesão, uma vez aprovada, vigorará desde a data da assinatura da sua formalização, através do competente Termo de Credenciamento, até o final do prazo do chamamento do credenciamento.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS CREDENCIADAS:

- a) Manter durante todo o contrato as mesmas condições exigidas neste Termo de Referência;
- b) Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento destinado aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e os demais pacientes atendidos pelo prestador;
- c) Os prestadores receberão pelos serviços prestados exclusivamente os valores **previstos** neste Termo de Referência para cada consulta e de acordo com o quantitativo de atendimentos realizados. Eventual cobrança de qualquer valor excedente aos pacientes ou de seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização cível e criminal;
- d) Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para execução do objeto contratado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício;
- e) A prestação dos serviços pelos prestadores habilitados somente poderá ter início após assinatura do Termo de Credenciamento;
- f) Disponibilizar acesso adaptado para as pessoas portadoras de deficiência física;
- g) Manter à disposição do SUS a capacidade total ofertada através deste edital;
- h) Assegurar o cumprimento integral das normas e diretrizes do SUS, assim como as normas complementares estaduais e municipais, no que couber;
- i) Garantir a desinfecção, esterilização e antissepsia, em perfeitas condições com as normas técnicas vigentes, bem como assegurar o uso adequado dos equipamentos, garantindo o funcionamento das instalações, para a correta prestação dos serviços ora contratados;
- j) Utilizar o sistema de informação da SMS para registro das informações dos serviços prestados, obedecendo aos prazos, fluxos e rotinas de entrega da produção à Contratante;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE
PLANEJAMENTO

- k) Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados;
- l) Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal relativas à prestação dos seus serviços;
- m) Adotar, no que couber, os princípios da biossegurança;
- n) Atender o paciente do SUS com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;
- o) Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;
- p) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

13.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 A CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste termo de referência por determinação legal, obriga-se a:

13.2 Nomear fiscais para o contrato;

13.3 Fiscalizar e atestar os serviços para fins de liquidação e pagamento.

13.4 Fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do objeto;

13.5 Realizar o pagamento pela execução do objeto contratual, de acordo com o Relatório de exames realizados.

14.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Caso o não cumprimento das cláusulas do Termo de Referência e Contato o Município poderá, garantida a prévia defesa no respectivo processo, aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87 da lei nº 8.666/93. A atuação, em discordância ao pactuado, que ocorrer em prejuízos aos

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE
PLANEJAMENTO

usuários SUS, a servidores e/ou ao Município, em casos de inexecução parcial ou total, ou ainda através do descumprimento de qualquer Cláusula, e segundo esta cláusula poderá ser aplicado, advertência, multa administrativa equivalente a 10%, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade preconizada pela Lei 8.966/93.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- a) Fica vedada a cobrança de valores complementares aos usuários, bem como acréscimos e/ou supressões de serviços contratados, além dos autorizados em solicitação da SMS;
- b) Durante execução, o quantitativo de atendimentos previstos para cada unidade credenciada poderá ser readequado (aumento ou redução), se verificada existência de demanda reprimida ou necessidade de expandir/reduzir capacidade de determinada oferta, mediante justificativa do Gestor Municipal e em conformidade com a disponibilidade financeira do SUS no Município;
- c) As instituições credenciadas ficam, desde já, cientes de que os procedimentos contratados serão realizados mediante regulação e/ou autorização da Secretaria Municipal de Saúde, conforme critérios técnicos e fluxos pré-definidos por esta pela SMS;
- d) Convocada para assinatura do Contrato, a credenciada não poderá se furtar de prestar serviços, conforme os valores estabelecidos neste documento, ficando esclarecido que a desistência posterior, sem respeito aos prazos de credenciamento, poderá acarretar as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.
- e) Será descredenciada, a qualquer tempo, a instituição que não mantiver, durante o curso de Contrato, as mesmas condições que possibilitaram o seu credenciamento, bem como a que rejeitar qualquer paciente, sem apresentar as razões ob-



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE
PLANEJAMENTO

jetivas que justifiquem a sua conduta, ou, ainda aquela cujo Contrato venha a ser rescindido;

Rio Grande, 08 de junho de 2021.

ZELIONARA BRANCO

Secretária de Município da Saúde

**TERMO DE REFERÊNCIA- PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO
DE URGÊNCIA ELETIVA ESPECIALIZADA EM OFTALMOLOGIA**

ANEXO I

**FLUXO PARA AGENDAMENTOS E ATENDIMENTOS
NA ESPECIALIDADE DE OFTALMOLOGIA**

1. URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

MOTIVOS:

- DESCOLAMENTO DE RETINA (EM ATÉ 24 HORAS), Sintomas que sugerem descolamento de retina: Baixa de visão, paciente enxergar manchas pretas e/ou flashes de luz dentro do olho, visão nublada;

CORPO ESTRANHO OCULAR;

CISTOS INFLAMATÓRIOS AGUDOS;

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE
PLANEJAMENTO

PERDA SÚBITA DA VISÃO

DEVERÁ VIR EM BOLETIM DE REFERÊNCIA, COM HISTÓRIA CLÍNICA COMPLETA E DETALHADA.

ENCAMINHAR PARA A ALA B (ANDAR TÉRREO) NA SECRETARIA DE SAÚDE, NO HORÁRIO DAS 08:00 AS 16:00 HORAS.

2. AGENDAMENTOS ELETIVOS COM CRITÉRIOS DE PRIORIDADE:

DEVERÁ VIR EM BOLETIM DE REFERÊNCIA, COM HISTÓRIA CLÍNICA COMPLETA E DETALHADA.

ENCAMINHAR ATRAVÉS DA UNIDADE DE SAÚDE DESCREVENDO A PRIORIDADE, PARA A CEREG.

3. ENCAMINHAMENTOS ELETIVOS:

DEVERÁ VIR EM BOLETIM DE REFERÊNCIA, COM HISTÓRIA CLÍNICA COMPLETA E DETALHADA.

ENCAMINHAR PELA UNIDADE DE SAÚDE À CEREG.